



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
6 de março de 2024

Ata da Centésima Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia seis do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Marcus Marcelo, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gipão, Gutierres Torquato, Ivory de Lira, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada Claudia Lelis. Estavam ausentes os Senhores Deputados Fabion Gomes, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Moísemar Marinho e as Senhoras Deputadas Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 15/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Proposta de Emenda à Constituição número 1, de 27 de fevereiro de 2024, que “acrescenta o art. 122-A à Constituição do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Mensagem número 16/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 7, de 28 de fevereiro de 2024, que “altera a Lei Estadual número 1.522, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regime de Adiantamento nos Poderes do Estado, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 17/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Substitutivo à Medida Provisória número 3, de 30 de janeiro de 2019, e a Lei número 2.432, de 30 de março de 2011, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 633/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “institui o Dia da Agricultura Irrigada”, no calendário oficial do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 634/2024, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “institui a Política Estadual de Valorização do Homem do Campo, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 635/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a possibilidade de divisão de pratos de comida em bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares no âmbito do Estado do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Tocantins”; Projeto de Lei número 636/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a garantia de acompanhamento dos alunos com deficiência nas atividades externas escolares”; Projeto de Lei número 637/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a notificação prévia do consumidor nos procedimentos que possam interferir na mediação do consumo ou interrupção dos serviços essenciais de água, energia elétrica ou gás, efetivando funções sociais do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 638/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “inclui a Semana Estadual de Combate à Violência contra o Profissional de Educação”; Projeto de Lei número 639/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Esportiva Master de Ponte Alta do Tocantins – Aempa”; Projeto de Lei número 642/2024, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui a Semana do Hip Hop no Estado do Tocantins em comemoração ao Dia Mundial do Hip Hop, fixado em 12 de novembro e dá outras providências”; Projeto de Lei número 643/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “altera o nome da Escola Reunida Padre Anchieta para Escola Estadual Padre José de Anchieta no Distrito de Dorilândia, município de Sandolândia –TO”; Projeto de Lei número 644/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “estabelece que o



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

laudo médico que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) tenha prazo de validade indeterminado, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 645/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre o Programa de Conscientização e Controle do Diabetes na rede Pública Estadual de Ensino do Tocantins”; Projeto de Lei número 646/2024, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “estabelece sanções aos ocupantes comprovadamente ilegais e invasores de propriedades privadas rurais e urbanas no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 647/2024, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de profissional de Libras nos hospitais públicos e privados do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 648/2024, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “dispõe sobre a necessidade de se combater o avanço da dengue no Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 649/2024, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor José Ribamar Mendes Júnior”; Projeto de Lei número 650/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “dispõe sobre a prevenção da violência obstétrica no âmbito da assistência perinatal e dá outras providências”; Projeto de Lei número 651/2024, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui a Campanha



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Estadual de Combate ao Tabagismo e ao uso do Cigarro Eletrônico nas Escolas Públicas e Privadas no âmbito do Estado do Tocantins”; Ofício número 63/2024, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 1/2024, que “altera os quadros 2 e 3, do anexo único da Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que “institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Ofício número 64/2024, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2024, que “altera o anexo I e III, da Lei número 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; e Ofício número 29/2024, oriundo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 1/2024, que “altera a Lei Complementar número 55, de 27 de maio de 2009, que organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins e dá outras providências. **Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 652/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 653/2024, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 654/2024, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 655, 656 e 657/2024, de autoria do**



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhor Deputado Amélio Cayres; 658 e 659/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 660/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 661, 662, 663 e 664/2024, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 665 e 666/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; e os Requerimentos que receberam os números 166 a 185. Em seguida, por falta de quórum em Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das urgências das matérias apresentadas para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Logo após, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Gipão, Valdemar Júnior, Amélio Cayres, Eduardo Fortes, Marcus Marcelo, Cleiton Cardoso, Luciano Oliveira, Professor Júnior Geo, Eduardo do Dertins, Eduardo Mantoan e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Na Ordem do Dia, por falta de quórum em Plenário, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente convidou a todos para a Sessão Solene do dia sete de março, para comemorar o Dia Internacional da Mulher e encerrou a Sessão às onze horas e treze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário